Exmº. Srº.
Vilmar Maccari
Presidente Câmara Municipal de Pato Branco

APROVADO
Data 25 / 02 / 2019
Assinatura
CÂMARA MUNICIPAL - PATO BRANCO

REQUERIMENTO Nº 430/2019

Requer sejam oficiados o Senhor General Luiz Felipe Carbonell - Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, o Senhor Guto Silva – Chefe da Casa Civil do Estado do Paraná e o Senhor Luiz Fernando Guerra Filho - Deputado Estadual, solicitando providências no sentido de que a carceragem da 5ª SDP seja retirada do centro da cidade com urgência.

Os vereadores abaixo assinados, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requerem sejam oficiados o **Senhor General Luiz Felipe Carbonell - Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná** (Rua Deputado Mário de Barros, 1290 – Ed. Caetano Munhoz da Rocha – Centro Cívico – 80.530-280 – Curitiba/PR), **o Senhor Guto Silva – Chefe da Casa Civil do Estado do Paraná** (Palácio Iguaçu – Praça Nossa Senhora de Salete, s/n – Centro Cívico – 85.530-909 – Curitiba/PR), e **o Senhor Luiz Fernando Guerra Filho - Deputado Estadual** (Praça Nossa Senhora de Salete, s/n – Centro Cívico – 80.530-911 – Curitiba/PR), solicitando providências no sentido de que a carceragem da 5ª SDP seja retirada do centro da cidade com urgência.

A atual carceragem, está localizada no centro da cidade, estando próxima à escolas, faculdade, posto de saúde, igrejas, comércio em geral além de muitos moradores que residem nessa região, concentrando um grande fluxo de pessoas ao seu entorno.

Tivemos tentativa de rebelião em 2017 e uma nova insubordinação na data de 19/02/2019 (matéria em anexo) onde os presos queriam mudar rotinas com relação à saída para o solário devido à superlotação da cadeia, que tem capacidade para 44 presos e no momento da agitação estava com 272 detentos.

Assim, solicitamos para que o governo estadual cumpra com sua função de buscar sempre o bem comum e a proteção da população e promova a

retirada da carceragem da 5ª SDP do centro da cidade, antes inclusive que algo pior venha a acontecer.

Nestes termos, pedem deferimento.
Pato Branco, 25 de fevereiro de 2019.

Amilton Maranoski – Vereador PV

Carlinho Antonio Polazzo – Vereador PROS

Claudemir Zanco – Vereador PDT

Fabrício Preis de Mello – Vereador PSD

Joecir Bernardi - Vereador SD

José Gilson Feitosa Da Silva – Vereador PT

Marinês Boff Gerhardt – Vereadora PSDB

Moacir Gregolin – Vereador MDB

Moacir Dalchiavan – Vereador PP

Rodrigo José Correia – Vereador PSC

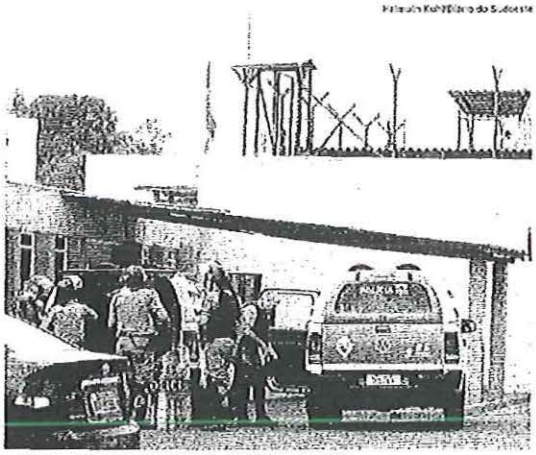
Vilmar Maccari
Vereador – PDT

Após insubordinação, presos são transferidos da 5ª SDP

Fernando Kleinübing/Diário do Sudoeste



Durante a tarde de ontem duas transferências de presos para carceragens da região foram feitas



Indisciplina foi registrada no final da manhã dessa terça-feira

Adenir Brocco e
Marcilei Rossi
especial@diariodosudoeste.com.br

Na manhã dessa terça-feira (19), iniciou em Pato Branco uma insubordinação na carceragem da 5ª Subdivisão Policial (5ª SDP). Os presos queriam mudar rotinas com relação à saída para o solário devido à superlotação do cadeião, que tem capacidade para 44 e no momento da agitação estava com 272 detentos.

Na tarde de ontem, 35 presos foram transferidos para carceragens da região. O delegado-chefe da 5ª SDP, Helder Lauria preferiu não revelar os municípios para onde os presos foram transferidos, alegando medida de segurança adotada pelo Departamento Penitenciário do Estado do Paraná (Depen). Entre os transferidos, presos já condenados e alguns que estão sob custódia.

Lauria disse ainda que o departamento penitenciário está fazendo levantamento para que nos próximos dias novas transferências sejam realizadas. Ele também pontuou que ao ser realizado o "bate-grade" não foi localizada nenhuma produto ilícito na carceragem, e que não houve depredação do prédio.

Em nota, o Depen pontuou que "um princípio de tumulto" foi registrado na carceragem de Pato Branco no fim da manhã da terça feira. "A situação foi rapidamente contida pela equipe de plantão e não houve danos estruturais e nem feridos. Em caráter emergencial, 35 presos foram transferidos do local".

O órgão também pontuou que, "Importante ressaltar que a transferência de presos para o sistema prisional depende da autorização do Comitê de Transferência de Presos (COTRANSP) local."

Fato

Era por volta da 11h20, quando com a inspetoração dos presos da carceragem da 5ª SDP, as polícias Civil e Militar realizaram bloqueio no entorno da Delegacia. Os presos fizeram algumas reivindicações para o delegado chefe da subdivisão, que durante conversa controlou a mobilização, mas equipes da Rotam foram ao local para evitar novos tumultos.

Em entrevista coletiva, Lauria, disse "nós temos uma superlotação e os presos acabavam fazendo alguns pedidos para trocar algumas rotinas, como saída de banho de sol, entre outros procedimentos. Entendemos que são rotinas de segurança. Eles tentaram se movimentar, mas foi conversado, foi entrado em acordo e já voltaram às rotinas normais", afirmou.

Ainda na manhã de ontem, o delegado manteve contato com vários órgãos de segurança para a transferência de detentos. "Ligamos para Curitiba, para o Depen [Departamento Penitenciário do Estado do Paraná], para a nossa chefia também, a DPI [Divisão Policial do Interior] e já estão todos cientes se mobilizando para as transferências", completou.

Com a mobilização dos detentos, equipe do Corpo de Bombeiros e a Polícia Militar foram ao local.

O subcomandante do 3º Batalhão da Polícia Militar (3º BPM), capitão Vicente Carvalho Junior, relatou que a atuação da PM no caso de insubordinação dos presos da 5ª SDP acabou sendo de suporte aos policiais civis.

De acordo com o capitão, enquanto os detentos permaneceram no solário (encaminhados em dois grupos, divididos por galerias), foi realizado uma espécie de varredura nas celas para constatar se a estrutura da carceragem não havia sido danificada, o que facilitaria uma fuga futura. No entanto de acordo com o subcomandante do 3º BPM, nada desta natureza foi identificado.

Superlotação

Conforme informação do delegado-adjunto da 5ª SDP, Marcos Festano, dos 272 presos, mais de 100 já foram condenados e deveriam estar em penitenciárias.

Com a capacidade é para 44, tem quase sete vezes mais presos do que o previsto, uma superlotação, aumentando o risco de rebeliões e tentativas de fuga.

Sem ter sido acionado devido à mobilização na carceragem, o presidente da subseção de Pato Branco da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Júnio Figueiredo, afirmou que a entidade está preocupada com a situação.

Figueiredo também destacou que o objetivo é de que a seccional do Paraná busque junto ao governo do Estado, "solucionar o problema de Pato Branco, quanto à carceragem da delegacia", disse o presidente da subseção. "O número de presos que abriga [delegacia] não é o ideal. local", disse Figueiredo, ao se referir à área central, onde está a 5ª SDP.

O presidente da OAB local lamentou o fato de em menos de dois anos ter sido registrado duas mobilizações na carceragem, lembrando assim o fato de que em agosto de 2017, uma rebelião de detentos foi registrada na unidade. "Este não é um problema de hoje, e lamentavelmente que preocupa".

Ele também pontuou que em 2018, um trabalho conjunto da OAB de Pato Branco e Polícia Civil possibilitou um levantamento de quantos presos na 5ª SDP, aguardavam julgamento, e quantos são de outras regiões estavam detidos em Pato Branco.

"Naquela oportunidade, juntamente com nossa comissão de Direitos Humanos tivemos a transferência de um bom número de presos para o sistema penitenciário", recordou Figueiredo, como do pontuou "só que isso não resolve o problema da nossa cidade". Fazendo assim menção da necessidade de construção e uma nova estrutura carcerária, fato que já vem sendo debatido há tempo, além da remoção da carceragem do anel central.



DIÁRIO DO SUDOESTE
20 de fevereiro de 2019
www.diariodosudoeste.com.br

Indisciplina reacende debate da segurança pública

Marcilei Rossi
marcilei@diariodosudoeste.com.br

O tumulto gerado pelos detentos da 5ª Subdivisão Policial (SDP) nessa terça-feira (19) fez voltar à memória da população de Pato Branco, o dia 25 de agosto de 2017, quando os mais de 200 presos se rebelaram também por superlotação.

Passados 18 meses daquele registro, o que mudou foi que no registro de ontem, segundo as polícias Civil e Militar, não houve depredação da carceragem, também não foi empregada a força (em 2017, os presos rebelados, fizeram reféns entre os que estavam na ala do seguro); e ainda não houve registro de lesões.

Assim como ocorreu na mobilização de ontem, quando 35 presos foram transferidos para carceragens da região em 2017, a Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp), realizou a imediata transferência de 60 presos, atendendo assim, parte dos pedidos dos detentos.

Quando da rebelião, o Diário do Sudoeste ouviu lideranças que afirmavam que não iriam deixar passar em branco a situação.

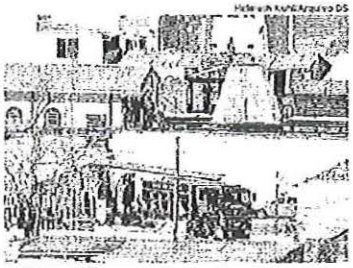
O então presidente da Associação Empresarial de Pato Branco (Acepb), Luiz Antunes afirmou que foram realizadas várias reuniões com as autoridades para discutir sobre a problemática da segurança pública em Pato Branco. "Já vínhamos questionando esse problema. Sabíamos que ali [na cadeia] era um barril de pólvora (...) E o presídio precisa ter um espaço só para ele, porque assim como está é muito perigoso, sem contar a superlotação, que torna a cadeia sem condições de estar dentro da cidade", destacou.

Na época, o prefeito de Pato Branco, Augustinho Zucchi ressaltou que a problemática era prevista e que quando foi cogitada a construção de um presídio em Pato Branco, cerca de 90% da população foi contra. Porém segundo ele, uma solução precisa ser encontrada urgentemente.

Também na oportunidade, Zucchi destacou a importância de usar o caso da rebelião [2017] para buscar alternativas de solução para o problema prisional. Ele também anunciou que na semana seguinte estaria se reunindo com o secretário de Segurança Pública do Estado, onde buscaria respostas.

Ele afirmou que o município é parceiro na ação que futuramente resolverá o problema, e que inclusive, quando solicitado, declarou de utilidade pública algumas áreas. E chegou a afirmar "houve comentários de se fazer um presídio semiaberto em São Roque do Chopim, onde a mão de obra poderia ser utilizada nas indústrias do entorno, como a Atlas Eletrodomésticos, por exemplo, mas por parte do Estado ainda não houve posicionamento. Destaco que a posição que o Estado tomar para resolver a situação, terá total apoio do Município, mesmo sendo esta [segurança pública] uma questão de responsabilidade do Estado", ressaltou em 2017.

Depois da rebelião, reuniões foram agendadas, e o tema voltou a ser debatido, onde a principal questão levantada além da superlotação era a área onde está instalada a carceragem, um ponto central.



Em 2017, rebelião na carceragem evidenciou problemas de superlotação

Nota MP-PR

Após a inquietação dos presos nessa terça, o Ministério Público do Paraná (MP-PR) se manifestou por meio de nota, afirmando que "monitora desde 2016 a situação carcerária no Estado como uma frente de atuação institucional específica. O trabalho é realizado por meio do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais, do Júri e de Execuções Penais e também do Grupo de Atuação Especializada em Segurança Pública (Gaesp)".

O documento também revela que levantamento feito pela instituição, aponta que "por volta de 180 unidades prisionais de delegacias de polícia custodiam cerca de 1/3 dos presos no estado do Paraná, o que equivale a aproximadamente 10 mil pessoas (número não atualizado). Outro dado importante: em diversas comarcas, promotores de Justiça do Ministério Público ingressaram com ações judiciais buscando a intervenção de carceragens em virtude, majoritariamente, de questões como superlotação e instalações precárias e insalubres, situações que colocam em risco não apenas as pessoas trancafiadas presas e servidores das delegacias, mas toda a população – são pelo menos 52 ações propostas e 16 pedidos de providências instaurados por agentes ministeriais."

Por fim, o MP afirma que "a partir de um amplo estudo do problema o Caop e o Gaesp apresentaram uma proposta de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) que contempla a definição de uma política pública penitenciária estadual, com ações concretas e detalhadas em sua execução, e alcança o problema da superlotação. Esse documento foi levado ao governo do Estado já em 2017 e desde então está em discussão. As tratativas para que o TAC seja assinado estão avançadas com a nova gestão – no momento, aguarda-se um posicionamento da Chefia da Casa Civil e da Secretaria de Estado da Segurança Pública."